



CENÁRIO DE LONGO PRAZO PARA AS MPE **(Brasil e Economia Internacional)**

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UGE – Unidade de Gestão Estratégica
NEP – Núcleo de Estudos e Pesquisas
Setembro de 2011.

The SEBRAE logo is shown in white on a blue rectangular background, which is tilted at an angle. The logo consists of the word "SEBRAE" in a bold, sans-serif font, with three horizontal bars above and below the letters "B" and "R".

Serviço Brasileiro de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas

2011. © Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação aos direitos autorais (Lei nº 9. 610).

Informações e contatos

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae

Unidade de Capacitação Empresarial – UCE

SGAS 605 – Conj. A – Asa Sul – Brasília/DF – CEP: 70200-645.

Telefone: (61) 3348-7461

Site: www.sebrae.com.br

Presidente do Conselho Deliberativo

Roberto Simões

Diretor Presidente

Luiz Barretto

Diretor Técnico

Carlos Alberto dos Santos

Diretor de Administração e Finanças

José Cláudio dos Santos

Unidade de Gestão Estratégica

Gerente

Pio Cortizo

Elaboração e Execução:

Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae Nacional – Núcleo de Estudos e Pesquisas

Heitor Cova Gama

Leonardo Bosco Mattar Altoé

Márcio Augusto Scherma

Marco Aurélio Bedê

Paulo Jorge de Paiva Fonseca (coordenação técnica)

Rafael de Farias Moreira

Michel Ferreira Gandra (estagiário)

Sumário

Objetivo	4
Metodologia	4
Análise.....	5
BRASIL	5
Inflação.....	5
Política Monetária e Medidas Macroprudenciais	7
Política Fiscal	10
Política Cambial.....	12
Nível de Atividade	13
ECONOMIA INTERNACIONAL	19
Estados Unidos.....	19
Zona do Euro	20
Ásia	22
RESUMO DAS PERSPECTIVAS.....	24
PERSPECTIVAS SETORIAIS PARA AS MPE.....	25
CONCLUSÃO	26

Objetivo

O presente trabalho nasce da necessidade de se elaborar um cenário de longo prazo para as micro e pequenas empresas vis-à-vis a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, com o objetivo de subsidiar a elaboração/atualização do Plano Plurianual do sistema SEBRAE e a conseqüente definição de ações estratégicas junto a essas empresas, identificando riscos, oportunidades de melhorias e possibilidade de desenvolvimento de novos produtos.

Metodologia

Este cenário se balizou em dados/informações obtidas em fontes secundárias (IBGE, BACEN, IPEA, MTE, FGV, CNI etc), que disponibilizam, periodicamente, dados sobre importantes variáveis macroeconômicas.

Para efeito de projeção das variáveis macroeconômicas brasileiras, como inflação, câmbio, meta da taxa Selic e PIB, foram consideradas as expectativas dos analistas de mercado (mediana), disponibilizadas no site do Banco Central do Brasil. Para as variáveis macroeconômicas de outros países/blocos econômicos, como o PIB, por exemplo, foram utilizadas as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Este trabalho apresenta um único cenário de longo prazo para as MPE, que é considerado o mais provável de ocorrência.

A periodicidade de atualização deste cenário será trimestral, sendo disponibilizado nos mesmos meses de divulgação do PIB trimestral pelo IBGE (março, junho, setembro e dezembro).

BRASIL

A economia brasileira entrou em 2011 sustentada pelo expressivo crescimento de 7,5% do Produto Interno Bruto no ano passado. As condições econômicas que contribuíram para esse quadro, na verdade, já vinham se desenhando desde 2009, quando o governo, para enfrentar a crise econômica mundial, adotou uma política econômica anticíclica, com redução/isenção de impostos, redução da taxa básica de juros (Selic), aumento dos gastos correntes etc. Essas medidas, somadas à redução da pobreza, crescimento da massa salarial (aumento do nível de emprego e da renda), expansão do crédito e programas sociais de distribuição de renda, como o “Bolsa família”, potencializaram a demanda agregada.

Entretanto, se por um lado, esse crescimento acentuado da demanda interna por bens e serviços fez com que o país saísse mais cedo da crise – o PIB brasileiro cresceu cerca de 2,3% a. a., no período 2008/09, enquanto o PIB mundial cresceu apenas cerca de 1,0% –, vem contribuindo, por outro lado, com um aumento mais vigoroso da inflação, situação essa agravada pelas expressivas elevações dos preços das *commodities* agrícolas e minerais.

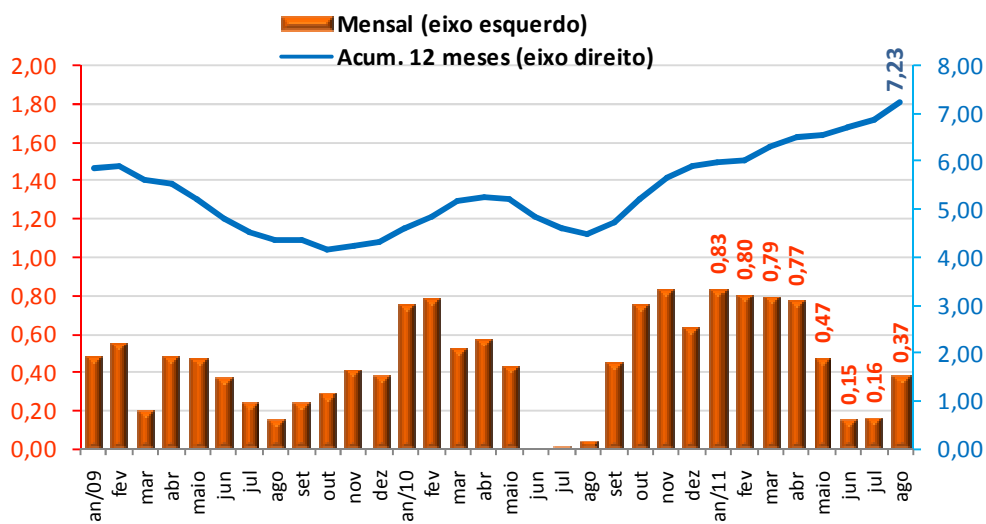
Assim, como a inflação tem merecido especial atenção do governo nos últimos meses, exigindo a adoção de medidas macroprudenciais associadas às políticas monetária e fiscal de caráter mais restritivo, visando a contenção do consumo e dos gastos públicos, com reflexo direto no setor produtivo da economia, a presente análise focará, inicialmente, essa variável.

Inflação

O IPCA – índice monitorado pelo governo, para efeito de estabelecimento de metas de inflação, registrou elevação de 0,37% em agosto, superando em 0,21 ponto percentual a taxa observada em julho (0,16%).

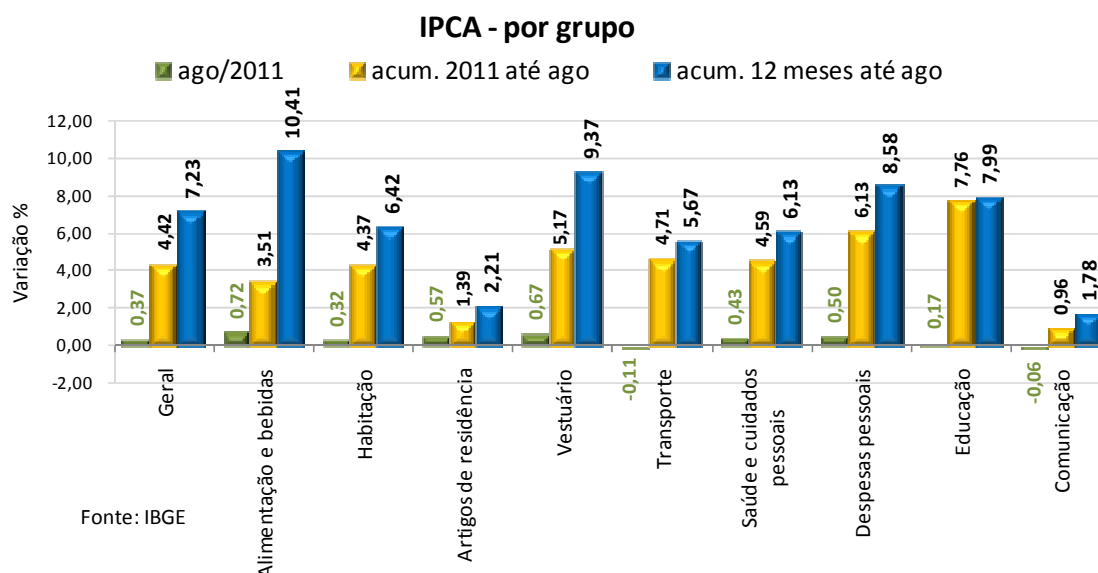
No ano, o índice acumula alta de 4,42% e, nos últimos doze meses até agosto, atinge 7,23%, o mais alto percentual desde junho de 2005, distanciando-se ainda mais do limite superior da meta de inflação para este ano (6,5%). Em agosto do ano passado, a taxa havia ficado em 0,04%.

IPCA - mensal e acumulado 12 meses (em %)



Fonte: IBGE

O grupo **“alimentos e bebidas”**, que havia registrado queda de 0,34% em julho, voltou a subir de forma expressiva, computando variação de 0,72%, merecendo destaque o item **“carne”**, com alta de 1,84%. No grupo **“habitação”**, destacou-se o item **“aluguel residencial”**, com elevação de 1,06%. A alta dos **“eletrodomésticos”** também foi expressiva (+2,38%), puxada pelo item **“refrigerador”** (+3,29%) e **“máquina de lavar”** (+3,18%). Também destacaram-se os itens **“roupas femininas”**, com aumento de 1,18% nos preços (grupo **“artigos do vestuário”**), e **“cabeleireiros”** (+0,97%), do grupo **“despesas pessoais”**.

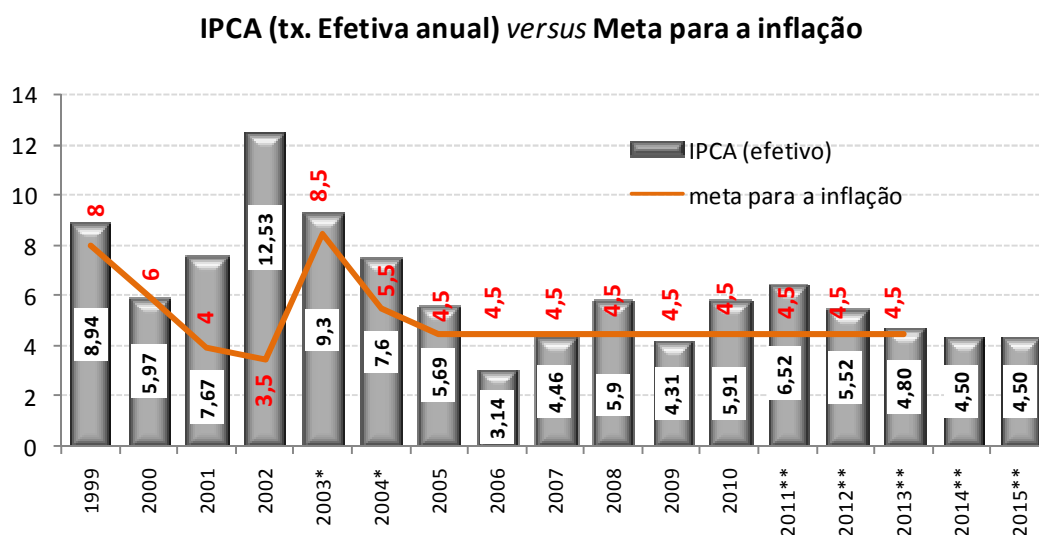


No acumulado dos últimos doze meses terminados em agosto, destacou-se o grupo **“alimentação e bebidas”**, com alta de 10,41%, concentradas no segundo semestre de 2010, em função dos elevados níveis de preços das *commodities* agrícolas e pecuárias no mercado externo. Importante ressaltar que, embora o grupo

“vestuário” tenha acumulado nesse mesmo período elevação significativa, de 9,37%, as empresas vêm enfrentando forte concorrência com os produtos importados. O grupo “despesas pessoais”, integrado por “cabeleireiro”, “manicure”, “empregado doméstico”, “cartório”, “despachante”, “serviço bancário”, entre outros, também registrou alta expressiva no acumulado dos últimos doze meses.

Assim, como a inflação tem sido “alimentada” preponderante pelas elevações de preços das commodities agropecuárias e dos itens que compõem o grupo “Serviços”, em função de um mercado interno ainda aquecido, novos aumentos nesses grupos e, principalmente, nas commodities agropecuárias tendem a pressionar ainda mais os índices de inflação, pressão essa que pode ser potencializada pela desvalorização cambial, que vem sendo observada.

Segundo expectativas de analistas do mercado financeiro, consolidadas pelo Banco Central (23.09.11), o IPCA deve fechar este ano e os próximos dois anos acima da meta, de 4,50%, estipulada pelo CMN, conforme gráfico a seguir.



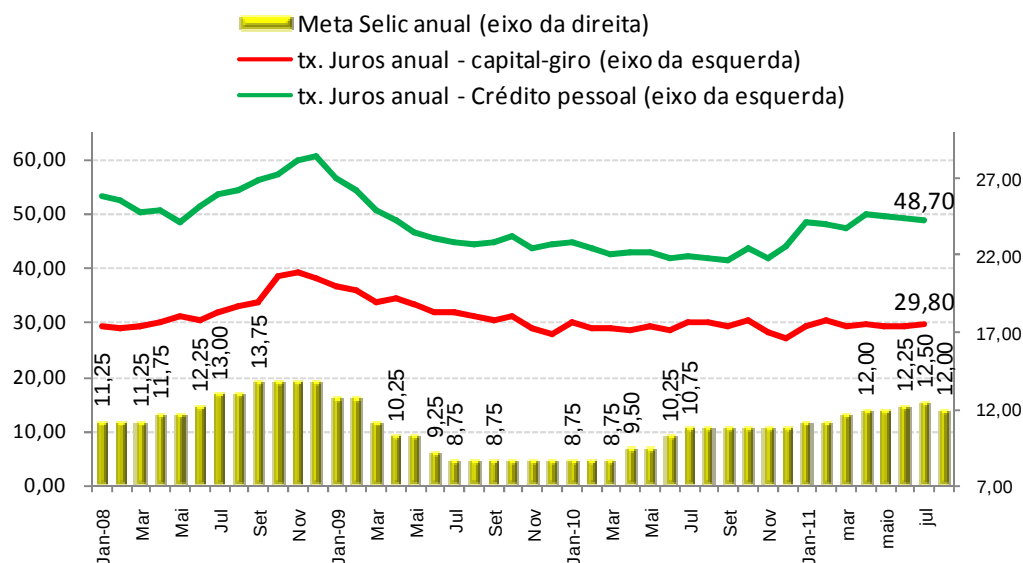
Fonte: BACEN

* metas ajustadas ** projeções de analistas do mercado financeiro (23.09.11)

Política Monetária e Medidas Macropрудenciais

Em sua última reunião (30 e 31.08.11), o Comitê de Política Monetária (COPOM), considerando que houve “substancial deterioração do cenário internacional, consubstanciada, por exemplo, em reduções generalizadas e de grande magnitude nas projeções de crescimento para os principais blocos econômicos”, o que “manifesta viés desinflacionário no horizonte relevante”, decidiu por reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa básica de juros (Selic), revertendo seqüência de cinco altas seguidas.

Selic X Capital de giro X Crédito pessoal

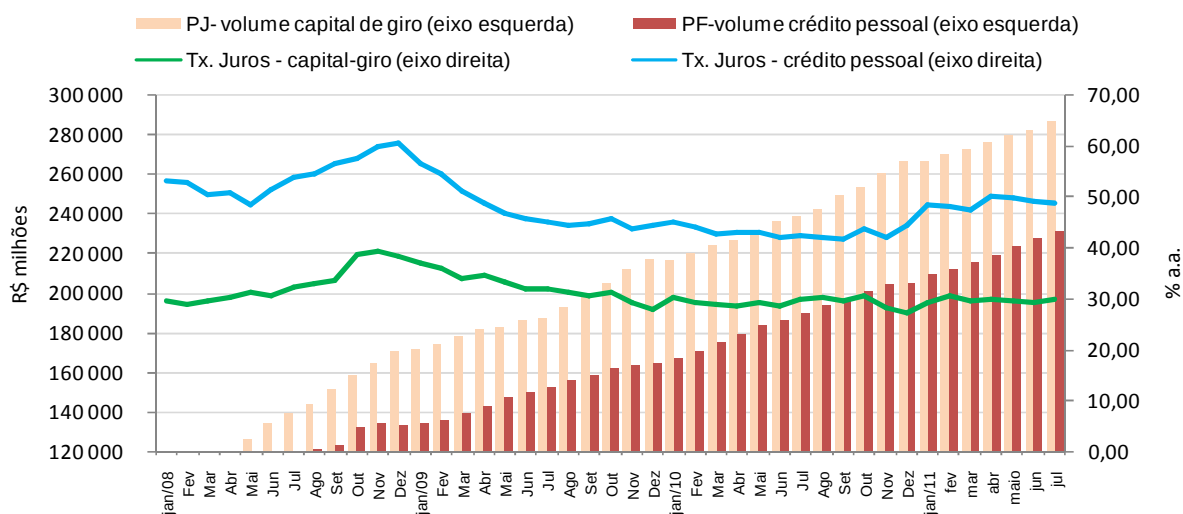


Fonte: BACEN

Pelo gráfico acima, pode-se perceber que as taxas de juros do crédito pessoal foram mais sensíveis aos aumentos da Selic ao longo do primeiro semestre deste ano, diferentemente do que aconteceu com as taxas de juros do capital de giro, que mantiveram-se mais estáveis nesse período.

Parte da explicação para essa realidade pode estar no fato de que algumas empresas e Instituições Financeiras vinham captando recursos no mercado externo, a um custo bem menor, repassando esses recursos a seus clientes (PJ). Para coibir essa prática, o governo, em abril, estendeu a cobrança de 6,0% de IOF sobre as contratações de empréstimos externos, para as operações com prazos inferiores a 720 dias. Mais recentemente, essa cobrança foi estendida também para as linhas acima de 720 dias, pois descobriu-se que os bancos vinham tomando recursos no exterior nessas linhas, liquidando antecipadamente as operações.

Operações de Crédito versus tx. Juros dessas operações

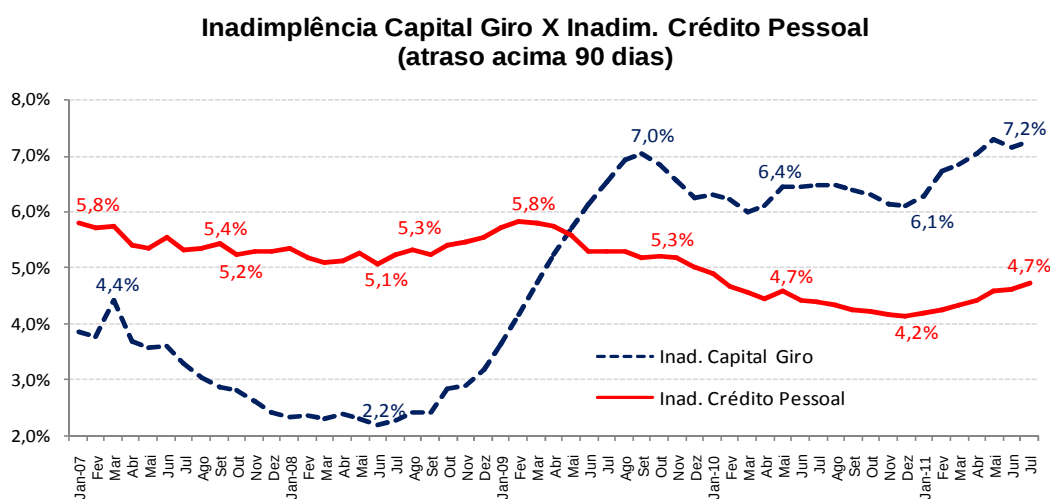


Fonte: BACEN

Interessante observar também que o volume de operações de crédito continua crescente neste ano, tanto para pessoas físicas quanto para as empresas, não obstante os aumentos das taxas de juros ocorridos até abril, mais especificamente, no crédito pessoal.

O contínuo crescimento da massa salarial (emprego x salário) e a melhor distribuição da renda vêm fazendo com que as famílias continuem a consumir e a se endividar, alavancando a demanda por crédito, tanto por parte das pessoas físicas (crédito pessoal) quanto por parte das empresas (Capital de giro, por exemplo).

Entretanto, esse crescente endividamento representa também maior comprometimento da renda e conseqüente esgotamento da capacidade de compra/aquisição de novos bens, com reflexos potencialmente negativos nas vendas das empresas. Esses fatos, aliados ao aumento do custo financeiro corroboram com o crescimento da inadimplência, como pode ser observado no gráfico a seguir, o que faz também com que os bancos tornem-se mais seletivos na concessão de crédito.



Fonte: Bacen

Ressalte-se que as micro e pequenas empresas, em geral, se valem de linhas de crédito mais onerosas, como as de “capital de giro”, “desconto de duplicatas” etc, não só para financiarem suas atividades operacionais, mas também para efetuarem investimentos, dadas às dificuldades que enfrentam para conseguir créditos mais baratos (para investimentos) junto ao sistema financeiro nacional.

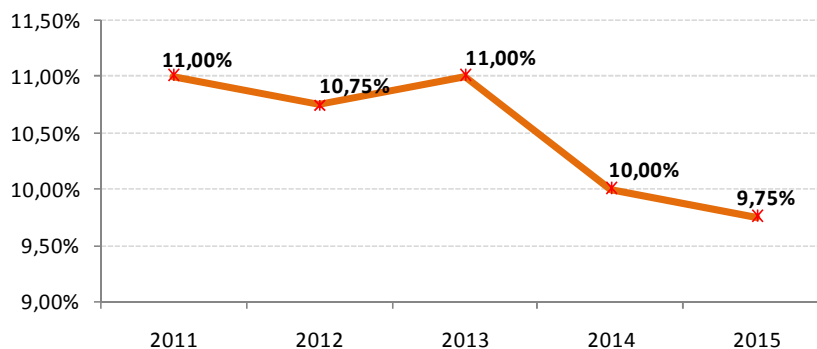
Entretanto, essa realidade poderá ser alterada com a ampliação de R\$ 5 bilhões para R\$ 21,2 bilhões da oferta de crédito, pelo BNDES, para esse nicho de empresas, conforme previsto no PPA 2012-2015 do governo federal.

Mas até que isso se concretize, o elevado patamar de taxas de juros e a maior seletividade dos bancos na concessão de crédito devem continuar prejudicando principalmente as vendas de bens de consumo duráveis, afetando as cadeias produtivas de setores como o automotivo (autopeças, montadoras, concessionárias, agências de veículos etc), máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos e moveleiro,

por exemplo. Essa realidade tem sido agravada pelo aumento da concorrência com produtos importados, em função do câmbio apreciado.

Com a recente decisão do COPOM de reduzir abruptamente a taxa básica de juros (Selic) em meio ponto percentual, analistas do mercado financeiro estão prospectando Selic em 11,0% no final deste ano, 10,75% em 2012, 11,0% em 2013, voltando a cair nos anos seguintes.

Taxa Selic - Projeções



Fonte: Bacen - Expectativas de analistas de mercado (23.09.11)

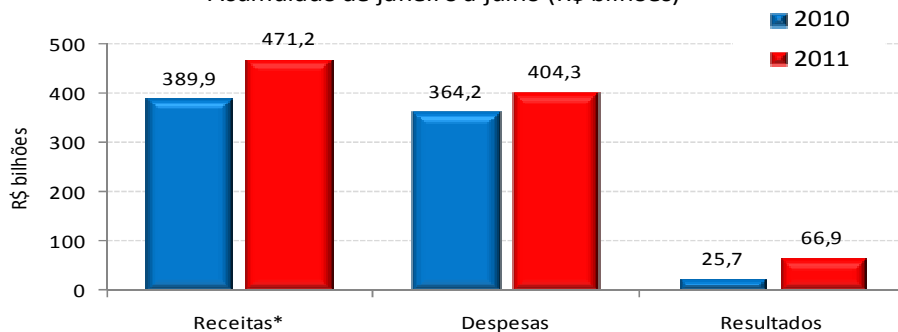
Política Fiscal

Em julho, o Governo Central apresentou superávit primário de R\$ 11,2 bilhões, 5,7% acima do resultado obtido no mês anterior. O Tesouro Nacional contribuiu com superávit de R\$ 13,3 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central registraram déficits de R\$ 2,1 bilhões e R\$ 67,2 milhões, respectivamente.

No acumulado do ano até julho, o resultado global do Governo Central foi um superávit de R\$ 66,9 bilhões, superando em 160% o observado no mesmo período de 2010. Ressalte-se que esse valor já corresponde a 82% da meta fiscal de R\$ 81,8 bilhões, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, o que bastante positivo.

Brasil - Receitas, Despesas e Resultados do Governo Central

Acumulado de janeiro a julho (R\$ bilhões)



* Líquidas de transferências a Estados e municípios e incentivos fiscais

Fonte: Tesouro Nacional

De janeiro a julho, as receitas líquidas (de transferências a estados e municípios e incentivos fiscais) do governo somaram R\$ 471,2 bilhões, enquanto as

despesas, R\$ 404,3 bilhões, representando crescimentos respectivos de 20,8% e 11,0%, em relação a igual período do ano passado.

A arrecadação vem crescendo, principalmente, devido ao dinamismo do mercado de trabalho, com o aumento da formalização da mão-de-obra.

As elevadas taxas de juros dos títulos públicos têm atraído, principalmente, investidores estrangeiros, contribuindo para uma apreciação maior do real em relação ao dólar. Isso vem obrigando o governo a aumentar a tributação também sobre as operações de renda fixa, tornando-as menos rentáveis e desestimulando, assim, a compra desses papéis.

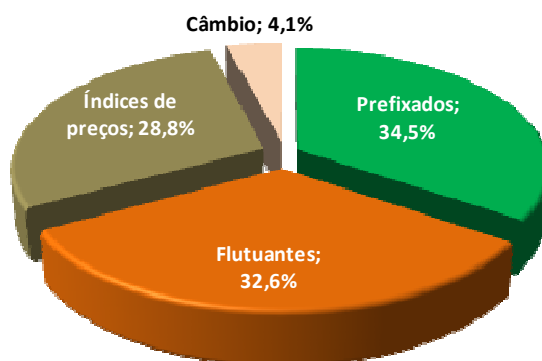
Nesse sentido, a Dívida Pública Federal (DPF), composta por títulos indexados a taxas de juros prefixadas, flutuantes, a índices de preços e ao câmbio registrou estoque de R\$ 1,734 trilhão em julho, queda de 3,93% em relação ao valor observado no mês anterior, revertendo sequência de aumentos consecutivos desde janeiro deste ano.

A Dívida Pública Mobiliária Federal Interna caiu 4,03% em julho, totalizando R\$ 1,659 trilhão, enquanto a Dívida Externa declinou 1,76% em relação a junho, atingindo R\$ 74,64 bilhões.

Em julho, ocorreram resgates da Dívida Pública Federal Externa no total de R\$ 2,94 bilhões, dos quais R\$ 1 bilhão referiu-se ao pagamento de principal e o restante a juros, ágio e encargos.

A composição da DPF em julho se deu na proporção mostrada no gráfico a seguir.

Composição da DPF por indexador - julho/2011



Fonte: Tesouro Nacional

Apesar das elevações verificadas nos últimos meses até junho, a dívida pública mobiliária federal está sob controle e dentro do teto previsto pelo Plano Anual de Financiamento (PAF) para este ano (R\$ 1,93 trilhão).

Assim, percebe-se que o país vivencia uma situação fiscal equilibrada, diferentemente do que vem ocorrendo nos Estados Unidos e em alguns países da zona do euro. Apesar da queda de 0,5 ponto percentual na taxa Selic, as taxas de juros dos títulos da dívida pública ainda permanecem em patamar elevado. Esse fato associado às elevadas taxas de retorno dos investimentos fixos deve continuar a

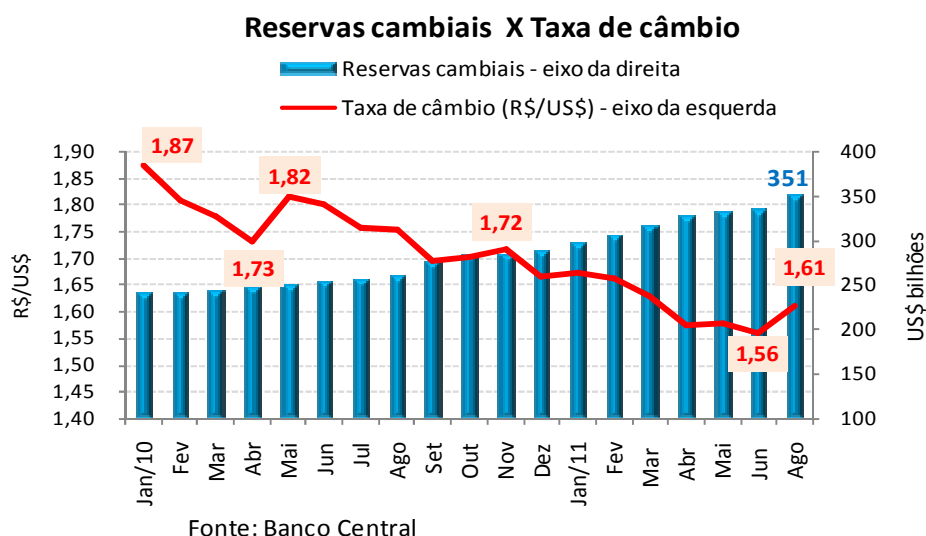
contribuir para o crescente entrada de dólares no país, prolongando a apreciação cambial, no médio prazo, pelo menos.

Política Cambial

Com taxas de juros extremamente atrativas (maior taxa de juros real do mundo), mercado interno em expansão e crescentes oportunidades de investimentos, o Brasil continua contabilizando expressivo ingresso de capital estrangeiro.

Em julho deste ano, o movimento de câmbio, que contempla o saldo das operações comerciais (exportações – importações) e financeiras (com exceção das interbancárias e operações externas do Bacen) foi positivo em US\$ 15.825 milhões, após ter registrado saldo negativo no mês anterior. Nos sete primeiros meses deste ano, esse fluxo acumulou saldo positivo de US\$ 55.658 bilhões, superando em 128% o verificado em todo o ano de 2010 (US\$ 24.354 milhões), não obstante as medidas do governo para inibir a entrada de dólares no país.

O aumento da captação externa tem se refletido nas reservas internacionais, que já superam US\$ 350 bilhões, e na taxa de câmbio, que saiu de R\$ 1,87 por dólar em janeiro de 2010, para R\$ 1,61 por dólar em agosto deste ano, valorizando-se 13,9% nesse período.



Como forma de tentar evitar uma maior apreciação cambial, o governo editou, em julho, a MP 539 e um decreto tem por objetivos conceder plenos poderes ao CMN para a regulamentação do mercado de derivativos cambiais no país; exigir que os contratos de balcão sejam registrados nas câmaras de compensação (BM&FBovespa e Cetip), para ter validade jurídica; e tributar com IOF de 1% (que pode chegar a 25%) a variação das posições vendidas em moeda estrangeira das empresas, bancos e fundos.

O mercado de derivativos cambiais (mercado futuro de câmbio) é tido pelo governo como o responsável por grande parte da apreciação do real em relação ao dólar, uma vez que movimenta volume de recursos cinco vezes maior que o movimentado no mercado à vista de câmbio, sendo decisivo na formação da taxa de

câmbio. Com essas medidas, espera-se inibir as ações de especuladores que vinham operando nesse mercado, “apostando” na valorização do real.

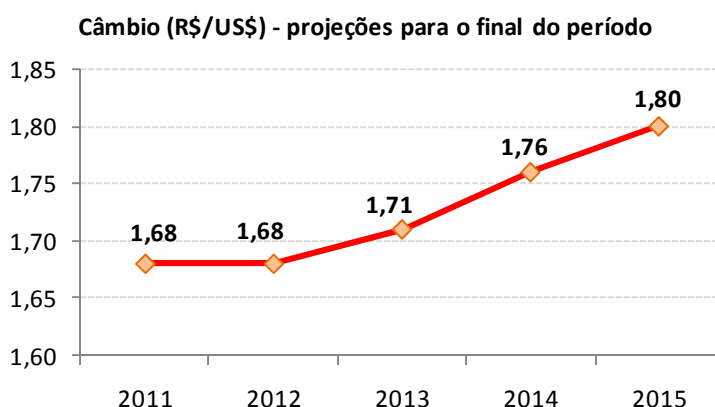
Inclusive, já é possível observar reação do dólar sobre o real em setembro. A taxa de câmbio fechou em R\$ 1,90 por dólar no dia 22.09.11, registrando desvalorização de 18,7% no mês, mesmo com um fluxo cambial ainda positivo.

Essa desvalorização pode ser atribuída não só às medidas adotadas pelo governo no mercado futuro de câmbio, mas também a outros fatores como a falta de confiança dos investidores na capacidade da Grécia honrar seus compromissos, ao aumento da procura por dívida americana; a elevação das posições “compradas”, no mercado futuro de câmbio, ou seja, de investidores que apostam na valorização da moeda americana; e à recente queda da Selic, tornando os títulos indexados a essa taxa menos atrativos.

Se, por um lado, essa desvalorização cambial beneficia os exportadores, pois passam a receber mais reais por dólar “exportado”, prejudica os importadores, que têm que desembolsar mais reais pelo produto importado, o que tende a pressionar a inflação, pois muitas empresas importam insumos que utilizam no processo produtivo.

Alguns economistas avaliam que uma desvalorização cambial da ordem de 10% poderia causar impacto de 0,4 a 1,0 ponto percentual na inflação ainda este ano. Porém, analistas acreditam que essa repentina subida do dólar é passageira e que deverá retornar a patamares inferiores, oscilando entre R\$ 1,70 e R\$ 1,80, nos próximos meses. Esse sentimento baseia-se nas firmes atuações do BACEN no mercado de câmbio, evitando maior desvalorização do real frente à moeda americana.

Analistas do mercado financeiro estão projetando taxa de câmbio a R\$ 1,68 por dólar para o final deste ano (gráfico ao lado), praticamente igual a verificada em dezembro de 2010 (R\$ 1,67 por dólar).



Fonte: BACEN (23.09.11)

Nível de Atividade

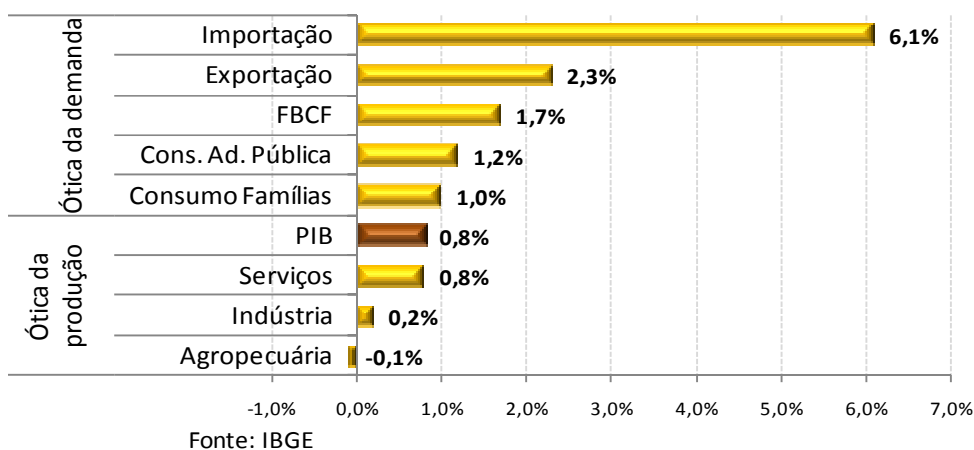
Segundo dados divulgados pelo IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, a preços de mercado, totalizou R\$ 1.021,8 bilhões no segundo trimestre de 2011, mostrando elevação de 0,8% sobre o observado no 1º trimestre deste ano. Em relação a igual período de 2010, a expansão foi de 3,1%. No acumulado dos quatro trimestres terminados no 2º trimestre de 2011, o PIB computou alta de 4,7% sobre os quatro trimestres imediatamente anteriores.

Taxa crescimento do PIB (em %), a preços de mercado.

Períodos	2010			2011	
	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.
Acumulado ao longo do ano/ mesmo período do ano anterior	9,2	8,4	7,5	4,2	3,6
Últimos quatro trim./ quatro trim. imediatamente anteriores	5,3	7,5	7,5	6,2	4,7
Trimestre/ mesmo trimestre do ano anterior	9,2	6,7	5	4,2	3,1
Trimestre/ trimestre imediatamente anterior	1,8	0,4	0,7	1,2	0,8

Fonte: IBGE

O gráfico a seguir sintetiza os resultados do PIB a preços de mercado no comparativo do 2º trimestre de 2011 sobre o 1º trimestre de 2011, segundo as óticas da produção e da demanda.

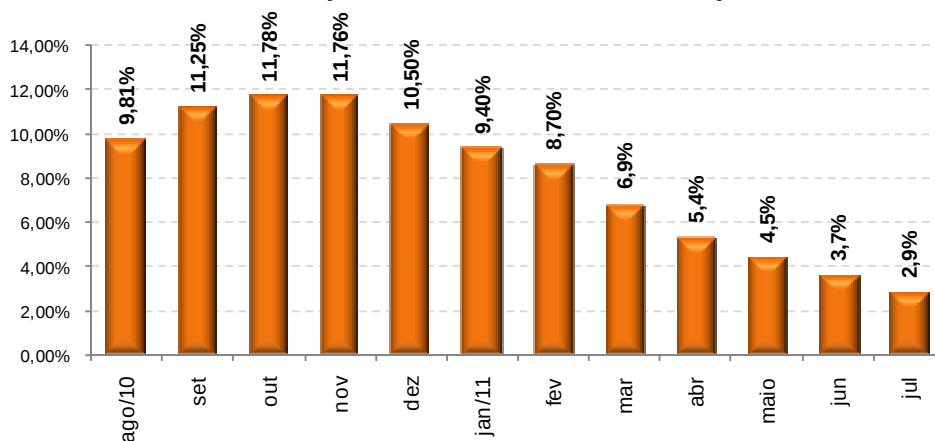
Variação % do PIB - 2º trim. 2011 sobre 1º trim. 2011**Análise do PIB sob a ótica da produção**

Mereceu destaque o setor de Serviços, responsável por mais de 67% da formação do PIB, que apresentou crescimento de 0,8% no período sob análise, puxado pelos Serviços de informação (+1,9%), como telefonia e informática, e pela intermediação financeira e seguros (+1,6%). O comércio registrou alta de 1,1%.

No mesmo período comparativo, o aumento da Indústria foi de apenas 0,2%, destacando-se a Indústria extrativa com expansão de 2,2%, compensada pela variação nula da Indústria de transformação. O desempenho da Construção Civil ficou aquém do desejado: alta de apenas 0,5% e o volume adicionado pela Agropecuária mostrou variação negativa, de 0,1%, em função da queda nos preços das principais commodities agrícolas no segundo trimestre de 2011, o que, de certa forma, acabou contribuindo para uma menor inflação.

Pelo gráfico a seguir, pode-se observar que a taxa de crescimento anualizada da produção industrial vem apresentando trajetória descendente desde outubro do ano passado, o que pode ser atribuído, entre outros fatores, ao aumento da concorrência com produtos importados.

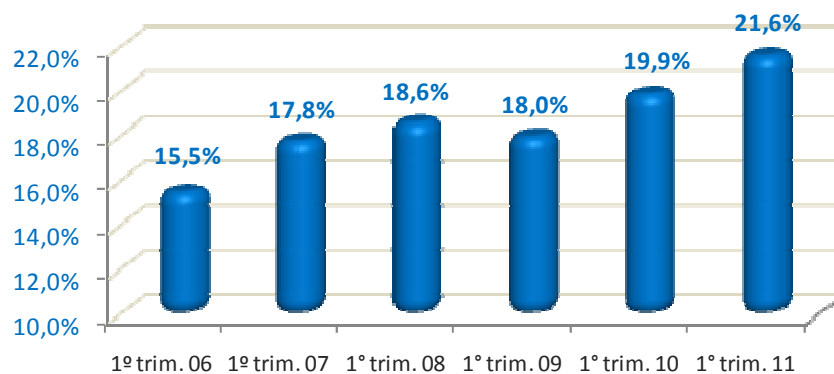
Taxa crescimento da produção industrial (acumulada últimos 12 meses)



Fonte: IBGE

Do primeiro trimestre de 2006 até o primeiro trimestre deste ano, a participação de produtos importados sobre o consumo aparente (produção – exportação + importação) passou de 15,5% para 21,6%, acentuando-se nos últimos dois períodos (gráfico a seguir).

Coeficiente de Importação (participação dos importados sobre o consumo aparente)

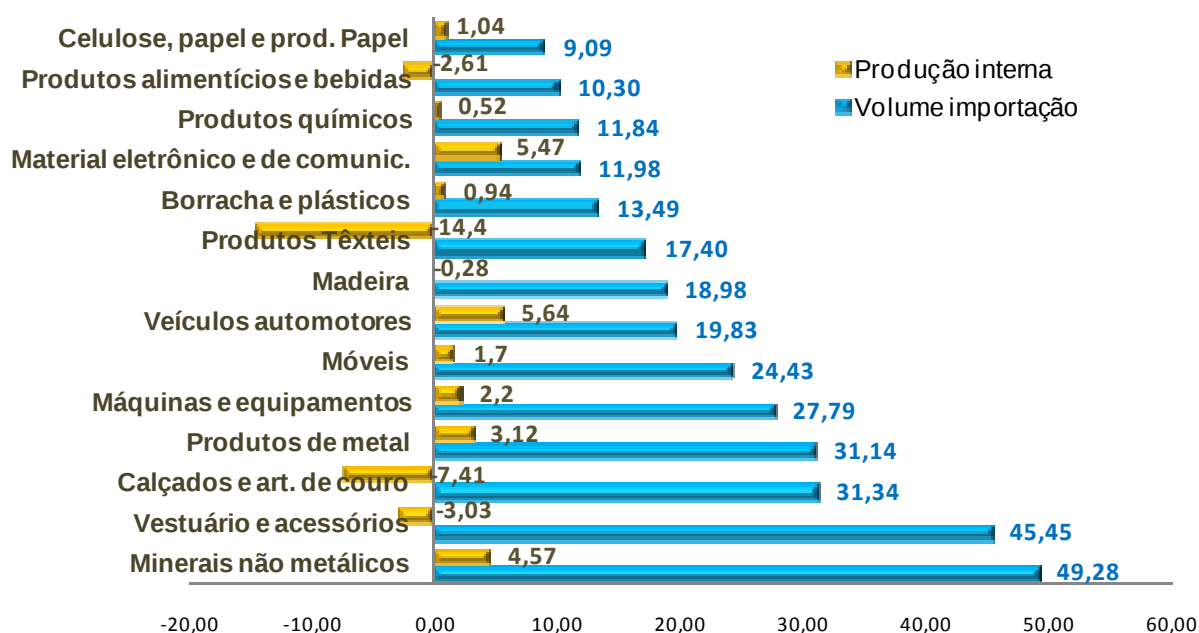


Fonte: FIESP

Pode-se constatar também que as importações, nos 14 setores selecionados no gráfico abaixo, superaram em muito a produção industrial interna, devido, basicamente, à desvalorização do dólar sobre o real, no período (de 9,65%).

Volume de importação X Produção industrial interna

(Acumulado de jan. a julho de 2011 sobre igual período de 2010 - em %)



Fonte: Funcex e PIM-IBGE

Com o intuito de tentar reverter essa realidade e proporcionar maior competitividade ao produto nacional, o Governo Federal, além de alterar algumas regras do mercado futuro de câmbio, para inibir ações de especuladores, como já comentado, lançou, em agosto, o Plano Brasil Maior (PBM), composto por um amplo conjunto de medidas que devem beneficiar, mais especificamente, os setores que vem enfrentando forte concorrência com os produtos importados, como, por exemplo, Calçados, Têxteis e Confecções, Bens de Capital, Moveleiro e Softwares.

O plano se propõe a reduzir os custos da atividade industrial e do investimento produtivo no país, estimular as exportações brasileiras, ampliar o mercado das compras públicas para a indústria nacional, ampliar e melhorar as condições de financiamento e estimular a inovação e a competição.

Uma das medidas constantes no PBM prevê a desoneração da folha de salários, com a substituição da alíquota patronal do INSS de 20% sobre a folha de salários, por uma alíquota de 1,5% a 2,5% sobre o faturamento bruto, benefício limitado àqueles setores citados e para empresas que não sejam optantes do "Simples".

As empresas exportadoras de produtos manufaturados poderão obter a devolução de até 3% das receitas com exportações, para compensar a incidência de ISS, IOF e CIDE, presente na cadeia produtiva industrial. O PBM prevê também a ampliação da oferta de crédito para as empresas exportadoras, com a criação do Fundo de Financiamento à exportação das MPME - PROEX FINANCIAMENTO, destinado às empresas exportadoras com faturamento até R\$ 60 milhões/ano.

Quanto às compras públicas, a regulamentação da "Margem de Preferência" para produtos de fabricantes nacionais, de até 25% do valor das licitações, ampliará o

mercado para a indústria nacional nos setores de defesa, saúde, TIC, têxtil, confecção e calçados que participam de processos licitatórios.

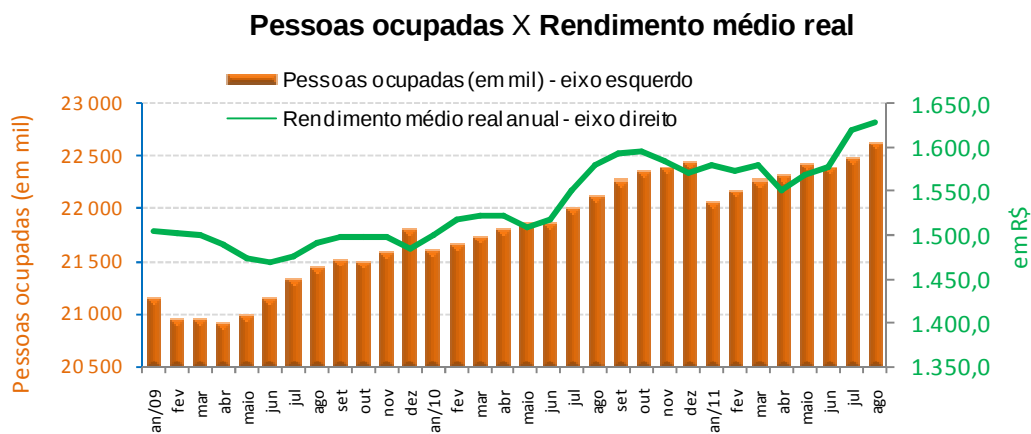
Em complementação ao PBM, o governo, neste mês de setembro, decidiu por elevar em 30 pontos percentuais o IPI para veículos automotores. A exceção será feita para os veículos com conteúdo nacional e regional (fabricados na Argentina) acima de 65%, para as montadoras que mantêm centros de desenvolvimento tecnológico no Brasil e que atendem, ao menos, seis de onze requisitos para a fabricação interna de veículos. Espera-se, com isso, garantir maior competitividade à indústria nacional e fazer com que as empresas estrangeiras invistam em fábricas no país ao invés de apenas importarem.

Análise do PIB sob a ótica da demanda

Mereceu destaque o aumento de 1,7%, no segundo trimestre deste ano sobre o trimestre anterior, da Formação Bruta de Capital Fixo (**FBCF**), que engloba os investimentos na Construção Civil e a produção de máquinas e equipamentos, sendo considerada, assim, *proxy* do investimento. No primeiro trimestre de 2011, a FBCF havia registrado elevação de 0,7%.

No mesmo comparativo, a Despesa de **Consumo da Administração Pública** cresceu 1,2% e a Despesa de **Consumo das Famílias** voltou a se acelerar, registrando alta de 1,0%.

Neste ano, o crescimento do PIB continuará a ser ditado pela Despesa de Consumo das Famílias e FBCF e, em menor intensidade, pela Despesa de Consumo da Administração Pública, em função do corte de R\$ 50 bilhões feito no orçamento pelo Governo. Ressalte-se que o Consumo das Famílias está diretamente relacionado à massa salarial, ou seja, à renda e ao emprego, que continuam crescentes nos últimos meses, embora esse ritmo de crescimento tenda a ser menor, em função do desaquecimento da economia e da perspectiva de reajustes salariais em níveis inferiores aos concedidos em 2010.



Fonte: IBGE

Obs.: Os dados se referem a pessoas com 10 anos ou mais ocupadas e ao rendimento médio anual (setor privado), referentes às regiões metropolitanas das cidades de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

Para este ano, espera-se elevação de 9,0% na taxa de **Investimento** no país, que deverá se concentrar em projetos ligados aos setores de energia elétrica (Usina de Belo Monte), petróleo, mineração e agronegócio, bem como à Copa do Mundo de Futebol (2014) e às Olimpíadas (2016). Caso esse crescimento ocorra, a relação Investimento/PIB ficará em torno de 20%. Já a Despesa de Consumo das Famílias fatalmente será menor que a verificada no ano passado, em função do maior grau de endividamento da população e da perspectiva de reajustes reais de salários em percentuais menores este ano.

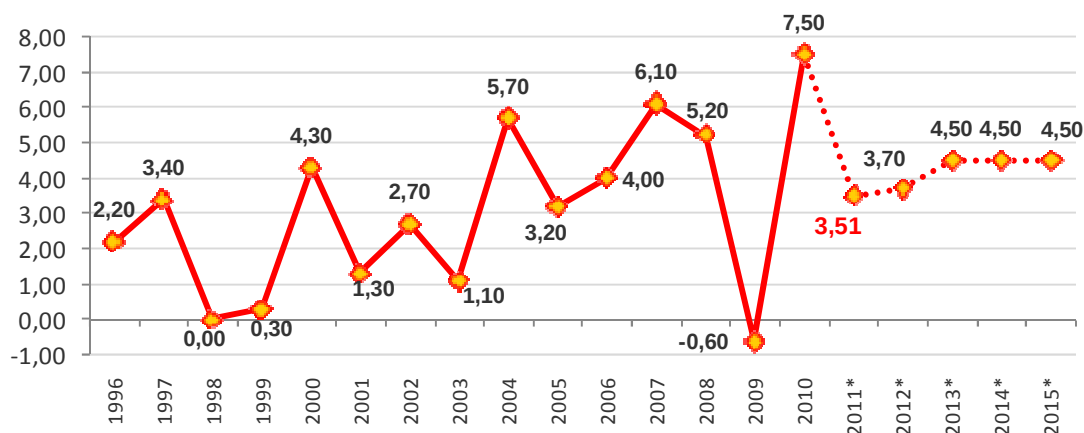
Pelo lado do setor externo, as **Exportações** de Bens e Serviços apresentaram expansão de 2,3%, enquanto as **Importações** de Bens e Serviços registraram alta bem mais expressiva, de 6,1%, favorecidas pela apreciação cambial.

Segundo dados da SECEX, as exportações tiveram como principais destinos a China, que respondeu por 15,4% do total (em US\$ FOB), os Estados Unidos (9,9%) e a Argentina (8,9%). Destacaram-se com expressivas variações percentuais no primeiro semestre deste ano em relação a igual período de 2010 produtos como Café em grãos (+75,45%), minério de ferro (+80,0%), ferro gusa (+78,0%), óleo de soja (+62,0%) e suco de laranja (+64,0%).

Em relação às importações, originaram-se em grande parte dos EUA (15,0%), China (13,5%), Argentina (8,2%) e Alemanha (6,9%). Os produtos que se descaram com maiores variações percentuais no período comparativo foram: algodão (+801,7%), Estanho (+775,8%), Ligas de alumínio (+271,7%), Adubos e fertilizantes (+161,5%), Filés de peixes congelados, exceto merluza (+129,9%).

Segundo projeções de analistas do mercado financeiro, consolidadas pelo BACEN em 16.09.11, o PIB deverá fechar este ano com crescimento de 3,52% sobre 2010. Para 2012, esses analistas projetam alta de 3,70% e, para os anos seguintes (até 2015), crescimento médio anual de 4,5%.

PIB - Crescimento anual (em %)



Fonte: IBGE

* BACEN - Expectativas de analistas do mercado financeiro (23.09.11)

Estados Unidos

Dados recentes mostram que a maior economia do planeta vem se desacelerando. O PIB dos Estados Unidos cresceu apenas 1,0% no segundo trimestre deste ano, em termos anualizados, surpreendendo analistas que esperavam alta de 1,8% nesse período. Para agravar a situação, o crescimento verificado no primeiro trimestre foi revisado para baixo, tendo o percentual caído de 1,9% para 0,4%.

Os gastos com consumo, que representam cerca de 70% da economia do país e haviam subido 2,1% no primeiro trimestre do ano, avançaram apenas 0,4% no segundo trimestre, o menor percentual dos últimos dois anos. O maior déficit comercial também contribuiu para esse baixo crescimento do PIB.

Interessante observar que, apesar dos sinais de fraqueza da economia americana, o índice de preços ao consumidor registrou elevação de 0,5% em julho e já acumula alta de 3,6% nos últimos doze meses. As vendas de casa usadas caíram 3,5% em julho na comparação com o mês anterior. Já a taxa de desemprego apresentou queda, saindo de 9,2% em junho para 9,1% em julho e manteve-se nesse mesmo patamar em agosto. No período de 2000 a 2008 (antes da crise), essa taxa oscilava entre 4,5% e 6%. Também em agosto, não houve criação de vagas no mercado de trabalho – pior resultado dos últimos onze meses – e os números de julho foram revisados para baixo (de 117 mil para 85 mil novos postos de trabalho).

Ressalte-se também que indicador divulgado recentemente pelo *Institute for Supply Management* (ISM) já sinaliza redução do ritmo de expansão da atividade industrial dos EUA, pois atingiu 50,9% em julho, enquanto, no mês anterior, havia se situado em 55,3% (acima de 50%, indica expansão).

Porém, fato que tem merecido especial atenção, é a escalada do déficit fiscal americano. Buscando uma solução imediatista, para amenizar o problema, legisladores americanos aprovaram, no início de agosto, acordo que autoriza aumento de US\$ 2,1 trilhões no teto da dívida pública, em três etapas. Em contrapartida, o acordo prevê, inicialmente, corte de US\$ 917 bilhões nos gastos, ao longo de dez anos, que deverão ter reflexos negativos na economia mundial.

Não obstante o acordo aprovado, a agência de avaliação de risco, Standard & Poor's, decidiu rebaixar a nota atribuída ao governo norte-americano para honrar suas dívidas, de "AAA" para "AA+", ao perceber também que as economias dos países desenvolvidos estão praticamente estagnadas.

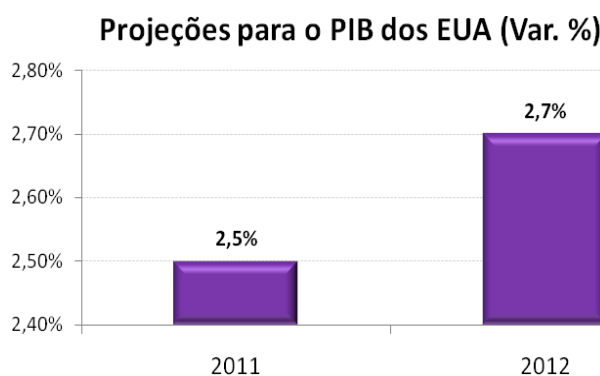
Com o propósito de minimizar os efeitos da crise vivida pelo país e evitar recessão nos próximos meses, o presidente dos Estados Unidos lançou, recentemente, um plano econômico, avaliado em US\$ 447 bilhões, que prevê renúncia fiscal por meio da desoneração de contribuições sobre a folha de pagamento das pequenas empresas, criação de empregos, extensão do seguro-desemprego para

2012 e investimentos em infra-estrutura. Analistas acreditam que o plano vai propiciar elevação de dois pontos percentuais do PIB no próximo ano e gerar cerca de 1,9 milhão de empregos, reduzindo a taxa de desemprego em um ponto porcentual. Entretanto, referido plano ainda precisa ser aprovado pelo congresso americano.

Os EUA são o segundo maior parceiro comercial do Brasil e respondem atualmente por cerca de 10% da pauta de exportação brasileira. Entretanto, em 2000, esse índice era bem maior, de 24%. Os produtos com maior peso na pauta de exportação para aquele mercado são: café, castanha de caju, pescados (lagosta), suco de laranja, madeira, açúcar e álcool, metais fundidos, celulose, granitos, couros e calçados, autopeças (pneus, blocos de motores, peças para tratores etc) e bens de capital (motocompressores, turboreatores etc).

O mercado norte-americano (Estados Unidos e Canadá) absorve cerca de 12,6% das exportações das micro e pequenas empresas brasileiras. Embora uma eventual recessão nos Estados Unidos tenda a impactar negativamente percentual razoável de micro e pequenas empresas brasileiras exportadoras, a magnitude desse impacto dependerá da implementação e resultados do plano de recuperação do emprego, ora proposto pelo presidente daquele país, bem como da condução de sua política econômica interna e externa.

Segundo projeções do FMI, revisadas em junho deste ano, o PIB dos EUA deve crescer 2,5% em 2011 e 2,7% em 2012. Ressalte-se que essas previsões não levaram em consideração o recente plano econômico, lançado pelo presidente Barack Obama.



Fonte: FMI (junho 2011)

Zona do Euro

O PIB da Zona do Euro fechou o segundo trimestre deste ano com alta de apenas 0,2% sobre o trimestre imediatamente anterior, registrando a menor taxa de crescimento desde o segundo trimestre de 2009. Na comparação com o mesmo período de 2010, entretanto, o crescimento foi bem mais expressivo, de 1,7%.

Em julho, o índice de preço ao consumidor da zona do euro registrou queda de 0,6% em relação a junho, puxado pela retração dos preços dos vestuários (-14,2%). Se comparado, no entanto, à inflação de julho de 2010, a alta foi de 2,5%. Com o desaquecimento da economia global, mas especificamente nessa região, o Banco Central Europeu manteve, em setembro, a taxa de juros da zona do euro em 1,5%, após ter promovido dois aumentos da taxa este ano, um em abril e o outro em julho.

Destaque-se que a crise econômica e financeira vivenciada pela Grécia, decorrente do crescimento descontrolado de sua dívida pública, contraída ao longo dos últimos anos, tende a piorar a qualidade do cenário econômico e institucional da zona do euro, dado o risco de “contágio” nas economias de outros países do bloco. Aliás, há que se destacar que Irlanda, Portugal, Espanha e Itália também já contabilizam elevado nível de endividamento.

Ao final de junho, o parlamento grego aprovou um pacote de medidas de austeridade propostas pelo governo, que contempla cortes orçamentários, aumento de impostos, privatizações e até cobrança de impostos de trabalhadores que ganham salário mínimo, visando atender a contrapartida exigida pelo FMI e pela União Européia (EU) para a liberação da última parcela, no valor de € 12 bilhões, de um empréstimo de € 110 bilhões ao país.

Mais recentemente, os líderes dos 17 países da zona do euro aprovaram novo programa de ajuda à Grécia, que envolve recursos da ordem de € 159 bilhões, incluindo € 109 bilhões em empréstimos das nações européias e do Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como € 37 bilhões dos credores privados e € 13 bilhões de um programa de recompra de títulos públicos. O pacote prevê ainda redução dos juros dos empréstimos, de 5,5% a.a. para 3,5% a.a., e alongamento do prazo, de sete anos e meio para 15 anos, podendo chegar a 30 anos, condições essas que serão estendidas à Irlanda e a Portugal.

Com isso, espera-se que a dívida grega, atualmente em torno de € 340 bilhões, se reduza em € 26 bilhões até 2014, evitando-se, assim, uma indesejável moratória da mesma que, no entanto, não está totalmente descartada.

Portugal, Irlanda e Espanha estão também com suas economias bastante fragilizadas, em função do crescimento de suas respectivas dívidas públicas. A economia espanhola, quarta maior da zona do euro, porém, equivale a soma das economias grega, portuguesa e irlandesa. Assim, seria bem mais difícil para a União Européia estruturar um pacote de resgate, caso necessário, para um país dessa dimensão.

A Itália já vem sentindo os efeitos da crise grega. Seu custo de captação, ao final de junho, atingiu o patamar mais elevado da última década. Não obstante o país possuir a terceira maior dívida do planeta, cerca de 120% do seu PIB, sua economia é a terceira maior da zona do euro. Além disso, vem apresentando superávit primário, desde 2002.

Ainda assim, como resposta ao mercado/investidores, a Itália aprovou um pacote de austeridade no valor de € 70 bilhões, que contém 16 medidas para equilibrar a economia em 2013 e 2014, destacando-se entre elas a redução de isenções fiscais, congelamento dos salários dos servidores públicos e aumento da idade para aposentadoria.

Entretanto, caso venha a ocorrer calote por parte de um ou mais países da zona do euro, haverá perdas para os bancos europeus, que serão obrigados a contrair

a oferta de crédito, impactando a economia real de toda a região, com reflexos no resto do mundo.

Como a crise é fiscal, os governos desses países não poderão reduzir impostos nem aumentar gastos. A redução das taxas de juros também estaria descartada, pois já se encontram próximas a zero.

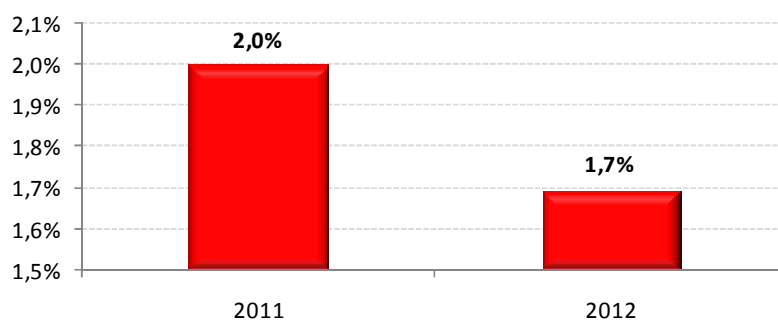
Mesmo com esse cenário adverso não descartado, o G-7 (grupo das nações mais ricas) acredita que a Europa tem capacidade, tanto monetária quanto fiscal, para resolver sua dívida e crise soberana, especialmente após o acordo assinado pelos líderes europeus, em julho, visando fortalecer os poderes fiscais da União Européia e dar maior flexibilidade ao seu fundo de socorro financeiro.

Apesar disso, analistas acreditam que eventual calote da dívida grega não está totalmente descartado, em face do desequilíbrio econômico e fiscal vivido pelo país.

A União Européia responde por aproximadamente 19,5% das exportações das micro e pequenas empresas brasileiras, sendo os produtos mais exportados para aquele mercado o minério de ferro, a celulose, o açúcar, café em grãos, couros e peles, soja, carnes, calçados, cobre, automóveis e autopeças.

O FMI projeta para a Zona do Euro crescimento de 1,6% do PIB para neste ano e de 1,8% para 2012.

Projeções para o PIB - Zona do Euro (% a.a.)



Fonte: FMI (junho - 2011)

Ásia

Praticamente, metade da corrente de comércio das economias asiáticas provém dos países que integram esse bloco. O terremoto e a tsunami, ocorridos no Japão em março, provocaram interrupção no fornecimento de energia, paralisando boa parte de suas fábricas, o que afetou sua relação comercial com os vizinhos asiáticos, mais especificamente, China e Coréia do Sul.

Desde então, o PIB japonês vem registrando quedas consecutivas. No segundo trimestre deste ano, caiu 0,3% em relação ao trimestre imediatamente anterior, quando também havia apresentado retração de 0,9%. A queda foi puxada pelas exportações, que se retraíram 4,9%, de abril a junho. Em termos anualizados, a queda do PIB daquele país atingiu 1,7%. Apesar da recessão, os números superaram

previsões iniciais de analistas, que esperavam contração de 0,7% no segundo trimestre e de 2,6%, em termos anualizados.

Objetivando fomentar a retomada do crescimento econômico, o Banco Central japonês vem mantendo a taxa de juros entre 0,0% e 0,1% a. a. e decidiu também ampliar em € 4,3 bilhões linha de crédito, originalmente de € 25,95 bilhões, dos quais já tinham sido concedidos € 25,08 bilhões, para os bancos e instituições financeiras repassarem às indústrias com potencial de crescimento.

Após dois meses de forte recuperação, a produção industrial do Japão em julho mostrou desaceleração no ritmo de crescimento, tendo registrado pequena elevação de 0,6% sobre o mês anterior. A queda foi causada principalmente pela forte valorização do iene e pela queda nas exportações para a China. A economia de energia elétrica imposta pelo governo japonês também contribuiu para a retração.

Mesmo assim, foi o quarto mês consecutivo de crescimento, sugerindo que o país está se recuperando das catástrofes sofridas em março passado.

Já na China, a realidade é bem diferente. Em julho, o banco central chinês elevou a taxa de juros pela quinta vez desde outubro do ano passado, além de ter aumentado também o depósito compulsório dos bancos nove vezes nesse período, para tentar combater a inflação que acumulava alta de 6,4% nos últimos doze meses até junho passado. Em agosto, após atingir o pico dos últimos três anos em julho (6,5%), a inflação anual ao consumidor se desacelerou para 6,2%.

A produção industrial chinesa também registrou pequena desaceleração em agosto, tendo crescido 13,5% sobre o mesmo mês de 2010, contra alta de 14% em julho. As vendas no varejo subiram 17,0% também em agosto (menor expansão dos últimos seis anos) e a formação bruta de capital fixo (*proxy* do investimento) teve alta de 25,0% no acumulado de janeiro a agosto sobre o mesmo período de 2010.

A perspectiva é de que a inflação e o ritmo de crescimento da atividade econômica continuem a “perder fôlego” nos próximos meses, como reflexo das medidas restritivas adotadas pelo governo.

O FMI projeta crescimento real de 9,6% do PIB da China neste ano e de 9,5% em 2012.

RESUMO DAS PERSPECTIVAS

- Desaceleração do ritmo de crescimento do PIB brasileiro, fechando 2011 com 3,51% de alta sobre 2010.
- A inflação, medida pelo IPCA, deve fechar 2011, 2012 e 213 acima da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (4,5%), registrando alta de 6,52% em 2011, segundo previsões de analistas. Ressalte-se que, novas elevações dos preços das commodities (agropecuárias, minerais etc) associadas à desvalorização cambial ora em curso tendem a pressionar a inflação.
- As taxas de juros de empréstimos e financiamentos bancários (crédito pessoal, capital de giro etc) devem continuar em patamares elevados, não obstante a recente redução em 0,5 ponto percentual da taxa Selic, pelo COPOM, que deverá surtir efeito sobre a demanda só no médio prazo. Analistas prospectavam (23.09.11) Selic em 11,00% para este ano e 10,75% para 2012.
- A taxa média de câmbio no primeiro semestre de 2011 foi de R\$ 1,61 por dólar. Entretanto, em setembro, o dólar chegou a R\$ 1,90. Essa abrupta desvalorização, se por um lado beneficia os exportadores, por outro penaliza os importadores, que passam a pagar mais reais pelo produto importado, o que pressiona a inflação, dado que muitos insumos utilizados nas cadeias produtivas são importados. Porém, analistas do mercado financeiro entendem que esse novo patamar de câmbio é passageiro e projetam câmbio a R\$ 1,68 por dólar ao final deste ano.
- Balança Comercial: Exportadores devem ser beneficiados pela desvalorização cambial e pelo patamar de preços ainda elevado das commodities (agrícolas, minerais e metálicas), compensando eventual redução do volume exportado, em função do desaquecimento da economia mundial. Já as importações devem crescer em menor ritmo, dada a recuperação do dólar frente ao real e as medidas contidas no Plano Brasil Maior, que devem proporcionar maior competitividade à indústria nacional.
- Emprego e renda devem continuar crescendo, mas a um ritmo menor este ano e nos anos seguintes. A demanda interna continuará a ditar o ritmo de crescimento do PIB, sendo que já se faz sentir redução do nível de emprego na indústria de transformação, devido à forte concorrência com produtos importados.
- Ritmo de consumo de bens duráveis tende a arrefecer, devido ao maior nível de endividamento da população e ao fato de as taxas de juros ainda se encontrarem em patamares elevados, o que inibe a demanda por esses bens.
- Redução e até mesmo postergação de investimentos, por parte das empresas, em função do elevado patamar de taxas de juros. A exceção seria feita para projetos ligados a alguns setores/eventos como o Agronegócio, Energia (Usina de Belo Monte e pré-sal), Copa do Mundo (2014), Olimpíadas (2016), e para empresas que tem acesso às linhas de investimento do BNDES.

PERSPECTIVAS SETORIAIS PARA AS MPE

- ✓ O Plano Brasil Maior (PBM), recentemente lançado pelo governo, tem por objetivo proporcionar maior competitividade à indústria nacional, principalmente, às empresas que atuam em setores que vinham enfrentando forte concorrência com os produtos importados como, por exemplo, o Têxtil e Confecções, Calçados, Bens de capital e Software, em função da taxa de câmbio valorizada, que beneficia as importações. Entretanto, como parte das medidas ainda carece de regulamentação, o resultado prático do referido plano só deverá ser observado no médio/longo prazo.
- ✓ A recente redução de 0,5 ponto percentual na taxa básica de juros (Selic) não deve contribuir para a reversão, no curto prazo, do cenário **pouco** favorável para as MPE que atuam nas cadeias produtivas dos setores que produzem e comercializam bens de consumo duráveis, como, por exemplo, automotivo (autopeças, exceto às que operam no mercado de reposição; montadoras; concessionárias; agências de veículos etc), eletroeletrônicos e moveleiro, pois os bancos mostram-se cada vez mais seletivos na concessão de crédito e as taxas de juros ainda devem continuar em patamares elevados. Ressalte-se, no entanto, que as recentes medidas em relação ao IPI dos automóveis tendem a beneficiar a cadeia produtiva automotiva.
- ✓ Cenário favorável para as MPE que atuam no agronegócio, em função dos elevados níveis de preços das *commodities* agrícolas, resultado da maior demanda mundial por alimentos, o que vem possibilitando expressivos aumentos das rentabilidades das empresas que integram as cadeias produtivas desse setor.
- ✓ Cenário promissor também para as MPE que pertencem às cadeias produtivas de setores com o de mineração e energia (petróleo) e às atividades ligadas à Copa do Mundo (2014) e às Olimpíadas.
- ✓ Oportunidades de novos negócios ou ampliação dos já existentes, na área de serviços ligados à educação, mais especificamente, à formação profissional, como cursos de idiomas, profissionalizantes, de capacitação e preparatórios, não só em função da Copa do Mundo e das Olimpíadas, mas também de um mercado empregador cada vez mais exigente na formação/capacitação profissional. Nesse contexto, incluem-se os cursos *online* (pela internet), considerando o baixo custo desses cursos tanto para os alunos como para as instituições.
- ✓ Poderá ocorrer pequena desaceleração na taxa de crescimento das vendas do setor de Serviço (que inclui o Comércio), no geral, em função da perspectiva de concessão de reajustes salariais em patamares menores que os observados nos anos passados, com reflexos mais negativos no comércio de bens de consumo duráveis, em função também das taxas de juros ainda se encontrarem em patamares elevados.

CONCLUSÃO

Diante da atual conjuntura macroeconômica e do cenário ora prospectado, pode-se concluir que o mercado interno continuará dando sustentação ao crescimento econômico este ano, muito embora em um ritmo menor que o verificado no ano passado.

O Plano Brasil Maior (PBM), recentemente lançado pelo governo com o propósito de proporcionar maior competitividade à indústria nacional, mais especificamente às empresas que atuam nos setores que vinham enfrentando forte concorrência com os produtos importados, como, por exemplo, o Têxtil e Confecções, Calçados, Móveis, Bens de capital e Software, só deverá surtir efeito no médio e longo prazos, tendo em vista que algumas das medidas nele contidas ainda precisam ser aprovadas pelo Congresso Nacional.

Empresas que atuam em setores como o de Autopeças, Agência de veículos, Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos, com forte dependência das condições de crédito (taxas de juros, prazos etc), tendem a continuar experimentando desaceleração no ritmo de crescimento das vendas, uma vez que as taxas de juros, praticadas nas linhas de crédito utilizadas por empresas, como capital de giro, conta garantida, desconto de duplicatas etc, devem permanecer em patamares elevados, no médio prazo, podendo provocar elevação do custo financeiro e, com isso, desequilíbrio no fluxo de caixa das empresas.

Para esses nichos de mercado, poderiam ser direcionadas ações (cursos, consultorias etc) com o objetivo de melhor capacitar empreendedores quanto ao gerenciamento (operacional e financeiro) dos fluxos de caixa de seus negócios.

Nesse contexto, torna-se necessário que as MPE, que atuam nesses setores, venham a reavaliar a implantação de projetos de investimentos, tendo em vista o atual nível de taxas de juros, notadamente em linhas como o capital de giro e desconto de duplicatas, bastante demandadas por esse nicho de empresas, não só para a manutenção de suas atividades, mas também para realização de investimentos.

Ressalte-se, no entanto, que as recentes mudanças no IPI dos automóveis, anunciadas pelo governo, tendem a beneficiar as empresas nacionais que operam na cadeia produtiva desse setor.

Por outro lado, dado que o cenário se mostra favorável para outras áreas da atividade econômica, poderiam ser priorizadas consultorias/atendimentos para as micro e pequenas empresas que atuam nas cadeias produtivas do agronegócio bem como para as que praticamente independem de crédito poderem melhor aproveitar as oportunidades de mercado.

Ênfase maior também poderia ser dada à conquista e/ou ampliação de mercados como os voltados à área de educação, mais especificamente à formação profissional, como cursos de línguas estrangeiras, profissionalizantes, de capacitação e preparatórios, não só em função da Copa do Mundo e das Olimpíadas, mas também de um mercado empregador cada vez mais exigente na formação/capacitação

profissional. Nesse cenário, incluem-se também o mercado onde atuam MPE que ofertam cursos *online* (pela internet), considerando o baixo custo desses cursos tanto para os alunos como para as instituições.

Assim, pode-se concluir que, há espaço para uma ação coordenada do sistema SEBRAE, definindo-se estratégias específicas de atendimento às MPE, priorizando-se setores econômicos, em função da perspectiva de reação desses ao cenário ora prospectado.